



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Acta n.º 17**

### **4.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 21 de Setembro de 2009**

Aos vinte e um dias do mês de Setembro, do ano dois mil e nove, nesta cidade de Portalegre e no Auditório do Centro de Congressos, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre sob a presidência de António Jaime Azedo e com a presença dos Membros da Assembleia: Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, Paula Alexandra Ângelo Marques (em substituição de José Manuel Matos Rosa, nos termos do artigo 78.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), João Florêncio Mimoso Duarte, Luís David Trindade de Moreira Testa, João Filipe Gonçalves Jesus, Adriano da Graça Capote, Maria Margarida C. Botelho Miranda, Maria Alexandra Marques Gueifão Carrilho Barata, Maria Luísa G. Moreira, Albano S. Varela e Silva, Diogo Júlio Cleto Serra, Luís Filipe Ribeirinho, José Manuel Reboredo P. Leite, Paula Maria Carmona F. Tomás, Carlos Alberto Vintém, Manuel Jesus N. Marques, Carlos Manuel Campos Bilé, Alfredo Ventura Nunes, Joaquina Caixeiro Ribeiro (em substituição de Henrique Manuel Esteves Santinho, nos termos do artigo 78.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), António Manuel Lameira Dias, Valentim Manuel Mourato Nunes, António Joaquim Tavares Oliveira, Manuel da Conceição Beirão Vilela e João Hermínio Janeiro. -----

O Presidente da Mesa, António Jaime Azedo, deu início à ordem de trabalhos, eram 21:10 horas. -----

No período antes da Ordem do Dia, o Presidente da Mesa informou ter na sua posse um pedido de renúncia da Dr.ª Paula Alexandra Ângela Marques, do cargo de Membro da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Portalegre, em representação da Assembleia Municipal, motivado pelo facto de ir cessar o mandato como deputada municipal. No seu entender, não seria a altura própria para se substituir aquela representante e informou que o assunto seria decidido pela próxima Assembleia eleita. Mais referiu ter sido informado que a Inspeção-geral da Administração Local efectuou uma inspecção à Câmara Municipal de Portalegre e deu conhecimento aos presentes dos vários problemas detectados, os quais diziam respeito à actuação do Executivo Camarário. Foi inclusivamente solicitado pela referida Inspeção, à Assembleia Municipal, que emitisse um parecer geral sobre os mesmos e, embora a Assembleia não tivesse acessória jurídica para tal, iria, oportunamente, utilizar a resposta produzida pelos gabinetes técnicos do Município. Informou ainda



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que as cópias do processo, bem como do parecer jurídico seriam entregues a todos os Membros da Assembleia Municipal.-----

Solicitando o uso da palavra, Adriano Capote disse que, acerca daquele assunto, em relação ao qual ficaram a saber pouco ou nada, a CDU não concordava que um órgão fiscalizador utilizasse um parecer de um órgão fiscalizado. Pretendeu saber qual a data de envio do mesmo à Câmara.-----

Solicitando o uso da palavra, Luís Testa disse que, relativamente ao assunto em debate, a posição do seu grupo partidário era idêntica à da CDU, contudo, referiu que o gabinete jurídico não era o da Câmara, mas sim um gabinete jurídico de apoio ao Município e também à Assembleia Municipal. O mesmo poderia produzir todos os pareceres que entendesse e a Comissão que saísse daquela Assembleia Municipal debruçar-se sobre o assunto em concreto e fazer chegar, ao órgão fiscalizador dos actos do Município de Portalegre, a posição tomada. -----

No uso da palavra, Albano Silva disse que, uma vez que aquela era a última reunião da Assembleia Municipal antes das eleições autárquicas, muito haveria a dizer se utilizassem a mesma para fazer um balanço dos últimos quatro anos. No entanto, pareceu-lhe não ser o momento indicado para o fazer, pois as campanhas eleitorais estavam em desenvolvimento e não pretendia gerar qualquer aproveitamento político. Contudo, a Assembleia Municipal era e será um órgão fiscalizador da Autarquia. Informou que, pesquisou na internet e, no que diz respeito ao código dos contratos públicos e à obrigatoriedade de publicitação dos ajustes directos a realizar pelo Executivo daquela Autarquia, viu quais tinham sido os ajustes realizados e solicitou esclarecimento ao Executivo sobre duas das várias descrições de serviços prestados e que eram referentes à área de imagem e derivados, adjudicados à empresa “Conhecer e comunicar, serviços, Ld.ª”, pelo valor de 12.000,00€, no dia 7 de Janeiro de 2009 e outros 12.000,00€, no dia 12 do mesmo mês. A referida empresa situava-se na Rua Eça de Queirós. Questionou qual o serviço que a mesma prestou, que justificasse um encargo de 24.000,00€, num intervalo de tempo de três dias? -----

No uso da palavra, Mata Cáceres informou que se tratava de uma situação que já existia anteriormente. A dita empresa teve de ser constituída porque a Câmara tinha um contrato com o senhor João Trindade e que, por força das circunstâncias, passou a ser obrigatório passar de nome individual para nome colectivo. O serviço prestado continuou a ser o mesmo, já desde há algum tempo, ou seja, o acompanhamento de várias situações que acontecem no dia-a-dia da cidade. Mais referiu que a colaboração do representante da dita empresa tem sido sempre grande e prestimosa. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Albano Silva disse que um serviço da área da assessoria da comunicação seria legítimo que o Executivo o fizesse, no entanto, do seu ponto de vista, não era legítimo fazê-lo a uma pessoa que era jornalista da Rádio Portalegre, do jornal Fonte Nova e que, ainda há pouco tempo, também era jornalista do jornal “O Distrito”. Não lhe parecia eticamente correcto que, o referido jornalista, ao mesmo tempo que fazia serviços para a Câmara fosse também um jornalista em vários órgãos de comunicação social. -----

Pedindo o uso da palavra, Luís Testa disse ter ficado estupefacto com a explicação feita pelo Presidente da Câmara. Pelo que depreendeu da mesma, que o jornalista em questão era o informador da Câmara, porque a Câmara Municipal de Portalegre não tinha forma de conhecer as coisas que se passavam na cidade, a não ser pela acção do João Trindade. Relativamente à assessoria de comunicação, considerou estranha a forma como o assunto fora colocado, uma vez que a Câmara Municipal de Portalegre tem um gabinete que presta, internamente, aquele serviço. Disse ainda que ajuste directo era uma terminologia jurídica muito simples, relativamente a determinados contratos. ----

Solicitando o uso da palavra, Diogo Júlio disse que aquele seria o momento para se fazer algum balanço do que foi a actividade Municipal durante os últimos quatro anos, os quais considerou terem sido de regressão, em muitas áreas, em que as políticas dificilmente passaram de virtuais a activas e, onde os sonhos não se concretizaram. Chamou a atenção ao Presidente da Câmara pelo facto de se ter insurgido a propósito de muitas promessas e muitas acções, que eram expectáveis, não se terem concretizado, pese embora o facto de o Município até ter atribuído Medalha de Ouro a um dos Ministros responsáveis pela Escola da GNR. Disse também ser importante que todos se possam insurgir contra um conjunto de promessas que não foram cumpridas, concretamente, o projecto do hospital novo, passando o actual para hospital de rectaguarda; da requalificação da zona do cine-parque e anexos, para ali alojar vários serviços públicos; a construção do Lar e Infantário para utilização dos funcionários da Autarquia, podendo ser aberta a sociedade; a zona do Estádio Municipal que, há algum tempo atrás, tinha a ver com a política de habitação e que hoje era apontado como sendo para Escola, bem como os “sonhos” previstos para o Turismo, do ponto de vista dos hotéis, pousadas, etc. Infelizmente, o que se assistiu foi ao encerramento do único hotel que estava dentro da cidade. No seu ponto de vista, o que os últimos quatro anos mostraram foi que, independentemente da boa vontade das pessoas, o Executivo Municipal foi mais uma comissão liquidatária do que um promotor de novos investimentos e de novos trabalhos. Em conclusão, deveria ficar registada aquela tristeza de não terem conseguido concretizar muitas das promessas e que, no próximo mandato, sejam quais forem as pessoas a assumirem a responsabilidade pelo Município, se possam realizar muitos dos sonhos adiados. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Adriano Capote reiterou a opinião do anterior colega de bancada, quando aquele disse que poderiam aproveitar o momento para fazer o balanço daquilo que não foi feito. Olhando para a ordem do dia, alguns dos pontos que lá apareciam, tratavam-se de coisas que deveriam estar já concretizadas. Inclusivamente, questionou o Presidente da Câmara pelo facto de não estar, naquela ordem de trabalhos, informação sobre o POLIS de Portalegre? Têm criticado que o POLIS foi uma “criança que nasceu velha”; as ruas encontram-se estragadas e ninguém utilizou aquilo que o POLIS era, porque a Câmara Municipal não foi capaz de ensinar Portalegre a usar uma obra que deveria ser bonita e que, turisticamente, poderia ter sido um factor de atracção. Mais referiu que, ao ter conhecimento de que o restaurante do castelo estava fechado, pode dizer-se que, deveria existir, na selecção dos candidatos, garantias dadas de boa execução daquilo que era adjudicado. Referiu ainda que, ao reparar na Barbacã, a qual estava a ser utilizada por búlgaros, porque mais ninguém foi capaz de a aproveitar e continua-se à espera da construção do café, bem como, a Corredoura que está praticamente destruída, perante tudo aquilo, perguntou ao Executivo, que tiveram a POLIS como “bandeira”, o que fizeram dela? -----

No uso da palavra, o Presidente da Câmara disse que, relativamente à questão da Escola da GNR, se congratulava com o facto de estarem solidários com o que foi dito ao Ministro, ou melhor, manifestou-lhe que se considerava defraudado por não estar a ser cumprida uma promessa assumida, que era a de terem decidido instalar a dita Escola em Portalegre. Aquilo que o Senhor Primeiro-ministro veio fazer ao Governo Civil foi um autêntico logro e disse-lho pessoalmente, na presença de todas as pessoas. De facto. O Ministro não veio acrescentar nada e, desde que aquele Ministro e o Secretário de Estado tomaram posse, todo aquele processo que estava em marcha, pura e simplesmente, parou. Mais referiu que não foi por falta de o Executivo os pressionar e, ainda há pouco tempo atrás se deslocaram a Lisboa, para mais uma reunião, onde estava presente o Dr. António Costa e o antigo Director-Geral das obras da administração interna, onde lhes foi explicado o estado e a situação da Escola e onde constatou que, eles próprios, se sentiram defraudados, porque de facto, desde que o Rui Pereira tomou posse o processo entrou em derrapagem. Frisou ao Ministro que não acreditava que a Escola não se fizesse, porque, na realidade, o que o mesmo apresentou não foi projecto nenhum e tão-somente um esquema onde não constava nem a organização da parceria pública ou privada, nem a cabimentação financeira que permitisse desencadear o respectivo processo e a sua evolução. Quanto à questão do Hospital, era da opinião de que Portalegre deveria estar já a construir um Hospital novo do que obras de recuperação no velho. Para que, em vez de se andar a assistir a uma proliferação de serviços de rectaguarda, se concentrassem num novo Hospital e num melhor conceito de gestão. Informou ainda que, foi para tal que a Câmara disponibilizou um terreno na zona das Coutadas, para se fazer a nova estrutura hospitalar, na perspectiva



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

do campo da saúde. Na sua óptica, estavam a assistir a um conjunto de obras que serviam mais os interesses daqueles que não queriam fazer um Hospital em Évora, do que aqueles que queriam defender a saúde em Portalegre. Não era à Câmara Municipal de Portalegre que competia fazer um novo Hospital, mas sim pressionar quem de direito e agilizar procedimentos, contudo, a Administração Central entendeu não o fazer e, infelizmente, seguiu pelo caminho que estava a seguir. Relativamente ao cine-parque, disse ter a expectativa de poder ainda ser feita uma intervenção. Informou que o terreno era privado e que, por força das circunstâncias, não foi ainda possível transferir todas as entidades que lá se encontravam e consolidar uma negociação que permitisse avançar com o projecto de construção para estacionamento subterrâneo e transferir todos os serviços públicos existentes na cidade. Defende a ideia de que não valerá a pena construir uma loja do cidadão, mas sim aproximar todos os serviços, com todas as comodidades que dali advinham a todos os utentes, mesmo na gestão do tráfego. No que respeita ao Lar, anunciado para a Câmara Municipal de Portalegre, foi cedido um terreno, na Quinta Formosa, para lá ser instalado o mesmo, bem como o infantário. Informou inclusive que foram feitas negociações com a responsável das Unidades de Cuidados Continuados e a última situação que estava em cima da mesa era a possibilidade de existir uma parceria entre as mesmas e o CCD da Câmara Municipal de Portalegre, para em conjunto se tentar obter uma colaboração e os apoios financeiros do Ministério dos Serviços da Segurança Social. Ainda em relação à questão do Estádio Municipal, referiu que estavam definidos os parâmetros em que irá surgir a Escola, as verbas atribuídas pelo Ministério da Educação, que serão cerca de 4,5 milhões de euros e serão autorizados a contrair o empréstimo até 6 milhões. Estão também a tratar de um outro processo, no âmbito do QREN, para fazer a Escola que já há algum tempo se pretende fazer, que, grosso modo, está orçamentada em 9 milhões de euros, aproximadamente, a qual envolve a piscina e toda uma série de adaptações aos equipamentos que lá estão. Informou também que dentro do complexo que lá se encontra, a única estrutura a ser inutilizada será o campo de futebol, porque como é recomendado e consoante as regras da boa utilização quer das verbas, quer dos espaços públicos, todas as outras estruturas ficarão ao serviço da escola e da comunidade. No que dizia respeito aos hotéis, ficou neutralizada a questão do D. João III, sendo substituído por um hotel, o qual permite que o seu empresário explore 86 quartos com o mesmo número de pessoal empregue e os níveis de utilização que está a ter são satisfatórios. Quanto aos outros hotéis, deu a conhecer que o Grupo Pestana deveria terminar, na próxima semana, a fase de consulta pública para ter o plano de pormenor aprovado, ficando apto a poder apresentar projecto e começar a construir. O outro hotel, perspectivado para a Penha e já com plano de pormenor em marcha, na propriedade do Dr. Rui Filinto, tem toda a tramitação a decorrer, estando, actualmente, na fase do estudo de impacto ambiental. No que respeitava aos senhores que compraram a fábrica da Fino's, informou que, embora não tivessem intenções tão sedimentadas, as



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

expectativas não teriam ainda o mesmo nível das que já estão em cima da mesa. Entretanto, foram apresentados mais dois projectos, de pequenas unidades hoteleiras, uma delas na Rua dos Canastreiros, a outra para o Café Facha e ainda outro para o edifício onde funcionavam os Serviços Municipalizados. As três, em conjunto, irão proporcionar uma oferta, em termos de quartos, superior à que tinha o Hotel D. João III. Na sua opinião, algumas das situações referidas, bem como o shopping, que deveria ter começado em Janeiro, têm sido prejudicados pela conjuntura que se está a viver, do ponto de vista económico. Ainda acrescentou que, quanto ao POLIS, e ao assunto do restaurante do Castelo a maior dificuldade não seria a capacidade de seleccionar candidatos para os concursos, mas sim o facto de os mesmos aparecerem ou não. Assim sucedeu com a Quinta da Saúde, alguns espaços comerciais no mercado, etc; Na realidade, cada um tem a opinião que tem e prefere que existam questões para apreciar e criticar, pois não existe qualquer intenção perfeccionista, em relação ao que quer que seja, mas, obviamente, fica chocado quando certos portalegrenses começam a exacerbar a sua capacidade crítica quanto àquilo que o Executivo faz, relativamente àquilo que na realidade existe. Constatou já por diversas vezes, pessoas que vêm à Cidade e tecem considerandos elogiosos e, por outro lado, alguns apenas evidenciam todos os pormenores e tornam-se cáusticos. Concluindo, disse que os ajustes directos, referentes à firma de João Trindade, não foram dois mas somente um. -----

No uso da palavra Luís Testa disse que a retórica anterior não havia sido do seu inteiro agrado, pela simples razão de que aquilo que lhe foi perguntado pelo seu colega de bancada não foi aquilo que o Presidente respondeu. Referiu que não respondeu ao porquê de determinadas situações e esquemas não estarem a funcionar conforme estava perspectivado. Já era frequente, na Assembleia Municipal, perguntar-se há Câmara Municipal porque é que nenhuma obra, fosse espelho de água ou repuxo, funcionava e, aos costumes, o Presidente da Câmara nada respondeu. Relativamente às obras dos privados, os mesmos não poderão ser apontados como solução das obras da Câmara e o seu inverso, ou melhor, o problema não eram os privados que não queriam investir. -----

No uso da palavra, Diogo Júlio disse que não colocou, directamente, qualquer questão ao Presidente, mas sim constatou um conjunto de situações ocorridas, outras perdas, em quatro anos volvidos. Acrescentou que, se os portalegrenses os honrarem com os votos necessários para terem a presidência, nem o estádio, nem as outras estruturas sairiam do local onde estão. Relativamente ao POLIS, pouco ou nada foi dito de relevante. -----

Solicitando a palavra, Albano Silva disse que, tanto o Presidente da Câmara como a bancada da CDU não tinham percebido o repto que lançou. O repto foi de não se fazer campanha eleitoral e o que provavelmente viria nos jornais era



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

unicamente a intervenção do Presidente da Câmara, porque tinham um informador. Era ali que o espírito democrático, assim como a questão de ética estavam em cima da mesa. Em nome do PS, repugnou a intervenção feita pois tinha sido, claramente, de campanha eleitoral e de tempo de antena. -----

No uso da palavra, Pinto Leite disse que quanto ao relatório recebido do Tribunal de Contas havia a sublinhar dois pontos em que, na Página 2, verificou que a receita própria cobrada estava abaixo dos 50% o que confirmava o desequilíbrio financeiro da Autarquia, portanto, era algo que já vinha detrás. Analisando as diferentes fontes de receita do Município, identificaram algumas cujo grau de execução era reduzido, comprometendo a realização da mesma. Tal facto levou-o a concluir que, apesar de o último orçamento ser mais realista do que eram os de anos anteriores, com orçamentos que chegaram a 60 milhões de euros e que conduziram a um buraco financeiro significativo para a Câmara, a situação não estava positiva. Em segundo lugar, na página 19, encontrava-se um quadro com endividamento, que não estava completo porque apresentava apenas o endividamento que contava para efeito de finanças locais. Referiu ainda que existia um excesso de cerca de treze milhões de endividamento, que a Câmara terá de abater, à cabeça, 10% daquele mesmo valor. Quanto ao endividamento líquido, disse que as margens de excesso, no final de 2008 eram de um milhão e trezentos mil euros e no primeiro semestre de 2009 contabilizavam mais três milhões de euros, o que significava que a Câmara Municipal de Portalegre continuava a gastar muito mais do que aquilo que podia. No ano passado fez, em números redondos, uma conta dos gastos mensais do Município e, no seu entender, gastava-se mais de meio milhão de euros do que aquilo que poderia gastar. Aparentemente, tal facto desacelerou porque a diferença do final de 2008 para o primeiro semestre de 2009 apontava para 300 mil euros ao mês. Chamou a atenção para que se fizesse algo, fosse pelo lado da despesa, da receita ou até mesmo da eficiência para que as contas se equilibrassem. Quanto ao POLIS, em que foi dito pelo Presidente da Câmara que os projectos não eram da sua autoria, Pinto Leite lembrou que o senhor Presidente havia sido o único administrador que esteve do princípio ao fim daquele programa, portanto, grande parte da responsabilidade, na administração em causa, coube ao Município de Portalegre. Acrescentou que, relativamente ao Restaurante do Castelo e à parte do POLIS no Centro Histórico, existiam três vértices (Largo da Sé, Praça da República e Rossio) que tinham de ser bem alimentados para animar o mesmo. A Praça da República foi bem sucedida com o parque de estacionamento e a animação; o Rossio com a nova Câmara e o Parque Coberto e, por sua vez, o Largo da Sé seria imprescindível ter ligação pelas escadas rolantes ao Parque de estacionamento, ou melhor, no lado estrutural do funcionamento da cidade, seria importante aumentar o fluxo de pessoas através de um meio mecânico que as levasse até à Sé. No seu ponto de vista, o Largo da Sé deveria ser rebaixado; o Antigo Quartel dos Bombeiros, para o qual a Câmara Municipal de Portalegre recebeu 200 mil euros com o objectivo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

de derrubar e ainda não o fez, de modo a obter uma abertura à planície, etc. Concluiu dizendo que o mais importante foi o facto de se terem gasto 1 milhão e tal das verbas do POLIS no Restaurante do Castelo, que não foram justificados na animação do mesmo e que fizeram mais falta na Praça da Sé e, implicitamente, na Rua do Comércio, para que o movimento não se perdesse naquela parte da cidade. O resultado estava à vista. -----

No uso da palavra, Filipe de Jesus disse que foi com alguma surpresa e perplexidade que tinha lido o conjunto de alarvidades, do ponto de vista técnico, que estava no relatório dos revisores oficiais de contas, as quais podiam induzir em erro. Mencionou que os números em questão deveriam ser compreensíveis e transparentes, em toda a sua dimensão. Chamou a atenção para o facto de a bancada do PS ter referido que, na página 2 do relatório, se frisa a independência financeira como um diferencial entre a receita realizada e a receita cobrada. Contudo, do ponto de vista técnico, a independência financeira afere-se sempre pelo peso dos meios próprios da Câmara, afectos ao financiamento dos seus activos e pelo grau de endividamento implícito à estrutura de financiamento havendo, naturalmente, que segregar o de médio e curto prazo. Pelo que, as conclusões retiradas do parágrafo quarto, da página 4 estavam feridas de rigor e de exactidão. Mais disse que, ainda no mesmo parágrafo, totalmente desprovida de rigor, a conclusão referente a um suposto desequilíbrio financeiro, aferido não da adequação entre a política de investimento e as decisões de financiamento, mas, erradamente, a partir do nível de execução das receitas. Informou que só se pode falar de desequilíbrio financeiro quando os activos de maturidade elevada eram financiados por recursos financeiros de curto prazo, ou melhor, quando o grau de cobertura dos imobilizados por capitais permanentes era inferior a 100%. No caso da Câmara Municipal de Portalegre e de acordo com os dados disponibilizados, o rácio era de 130%, o que significava falta de rigor. Ainda em relação ao endividamento, deu o exemplo da Câmara de Aveiro, que até 2005 tinha sido governada por um elemento do PS e que, quando saiu, porque perdeu para uma coligação PSD/CDS, deixou a Câmara com um peso dos empréstimos no total dos activos da mesma de 49,4%. De acordo com os números, tal peso na Câmara Municipal de Portalegre era de 20%; os empréstimos totais representavam na Câmara de Portalegre 48% do valor bruto do património que aquela tinha registado no seu balanço. Por outro lado, na Câmara de Aveiro, quando o PS saiu em 2005, deixaram aquele rácio com um peso de 64%. Mais disse que o, já focado, serviço de dívida da Câmara, ou melhor, o pagamento dos juros e os reembolsos de capital, representava, de acordo com os números que lhes foram distribuídos na anterior reunião do mês de Abril da Assembleia, 70% dos meios libertos líquidos, após pagamento das despesas correntes e de capital, o que significava que ficavam ainda livres 30% do cashflow. Se porventura tivessem de efectuar a liquidação imediata do montante devido aos fornecedores, acrescido do pagamento do serviço da dívida dos outros fornecedores, portanto dos juros, dos reembolsos de capital, amortizações de





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

capital e pagamento integral aos ditos fornecedores, teriam um serviço anual financeiro de 9,2 milhões de euros, sensivelmente o dobro dos meios libertos líquidos anuais da Câmara, o que significaria que dois exercícios normais, num contexto de equilíbrio de finanças locais, chegariam para pagar todos aqueles empréstimos. Acrescentou que tinha acabado o tempo dos orçamentos do “vão de escada”, com grau de realização de 20%, com dinheiro a prazo nos bancos de rentabilidade financeira duvidosa e, certamente, muito aquém da rentabilidade social que se poderia ter retirado se existissem projectos que, na verdade, não existiram. -----

No uso da palavra, o Presidente da Mesa, Jaime Azedo, fez uma chamada de atenção aos Membros para que as intervenções fossem concisas, sem entrarem em campanhas eleitorais e que também já se tinha esgotado o tempo de debate antes da Ordem do Dia. -----

Solicitando o uso da palavra, Adriano Capote fez questão de clarificar que a presença dos Deputados Municipais, fosse em que Assembleia fosse, era fiscalizadora e de colaboração. Embora a época fosse de eleições, e se propunham coisas em fim do mandato que, eticamente, não fariam sentido e que tinham de discutir, porque respeitam a Ordem do Dia, bem como o facto de o Presidente da Câmara responder a questões que não fez mas que pensa ainda em concretizar, se ganhar, como aquilo que foi dito pelos restantes. Portanto, ou ficam limitados a discutir o que foi feito até à data e que será possível até findar o mandato ou então não se pode dizer que os blocos estavam a fazer campanha, porque se estava a por em cima da mesa e a discutir o que aconteceu em quatro anos, no Concelho, e o que tinha de ser aprovado naquela sessão, que considerou, pessoalmente, matéria de campanha do PSD. -----

No uso da palavra, o Presidente da Câmara Municipal de Portalegre, Mata Cáceres, disse que estavam, indiscutivelmente, a cumprir a Lei das Finanças Locais. Existia liquidez e estavam a cumprir um plano de saneamento financeiro já discutido e aprovado; tinham receitas que ainda não tinham recebido, tanto do QREN, como do III QCA. Informou que o Executivo tinha consciência do serviço de dívida que a Câmara possuía, o qual decorria de várias obras que foram executadas e estavam à vista de todos. A Câmara Municipal de Portalegre investiu cerca de 155 milhões de euros, nos últimos sete anos. As finanças que foram deixadas pelo anterior Câmara, naturalmente, não chegaram para o que seria necessário e, obviamente, tiveram de recorrer ao crédito, como todos fazem. Frisou que os Portalegrenses viviam melhor actualmente com as obras que estão feitas e o crédito inerente do que com as dívidas que não tinham e as obras que estavam por fazer. Mais disse que não foi gasto dinheiro superfluamente e em coisas inúteis e muito do dinheiro já não estava visível, pois quando dantes tinham 50% de quebras de água e, actualmente, têm 18% tal facto significa o que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

significa. Portanto, as regras impostas estavam a ser cumpridas e muitas delas foram alteradas a meio do “jogo”. Por último referiu que a situação financeira estava controlada e embora todos falem das dívidas que a Câmara Municipal de Portalegre tem, não comentam sobre as dívidas que a mesma tem para receber. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa questionou directamente o Presidente da Câmara se concordava com as afirmações que o Membro João Filipe de Jesus havia proferido sobre os revisores oficiais de conta serem prestadores de serviço da Câmara?-----

O Presidente da Mesa, Jaime Azedo, chamou a atenção aos intervenientes para não se entrar em discussão e deu por terminado o período antes da Ordem do Dia.-----

### **ORDEM DO DIA:**

**1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a Actividade Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção;**

Presentes os relatórios do Executivo Camarário respeitantes à Actividade Municipal, bem como os quadros demonstrativos da situação financeira da Câmara Municipal de Portalegre e dos Serviços Municipalizados da mesma. ----

**2 – Acta n.º 16 relativa à 3.ª sessão ordinária, realizada em 29.06.09;**

Presente a Acta n.º 16 relativa à 3.ª sessão ordinária, realizada em 29 de Junho último. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com duas abstenções, aprovar a respectiva Acta. -----

**3 – Plataforma de Contratação Pública Electrónica – Repartição de encargos nos anos económicos de 2009 e 2010;**

- Deliberação de 2009.07.20 –

Presente informação nº 350, datada de 2009-07-09, da Divisão Financeira, referindo que de acordo com a alínea h) do nº 1 do art.º 96º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro, “quando a despesa se realizar em mais de um ano económico, deverá constar no contrato a indicação da disposição legal



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

habilitante ou do plano plurianual legalmente aprovado de que o contrato em causa constitui execução ou ainda do instrumento legalmente previsto, que autoriza aquela repartição de despesa”. Face ao exposto, como a prestação de serviços referente à Plataforma de Contratação Pública Electrónica, não está contemplada no Plano Plurianual deverá a despesa ser aprovada pela Autarquia. -----

A Câmara tomou conhecimento e deliberou aprovar a repartição de encargos pelos anos económicos de 2009 e 2010, referente à Plataforma de Contratação Pública Electrónica. -----

No uso da palavra, José Pinto Leite disse que não tinha visto em que parte da documentação estava expresso o valor da dita repartição. Para que a Assembleia se pudesse pronunciar sobre a questão deveria saber quais eram os encargos, porque, no fundo se cativava uma verba do orçamento do ano que vem em orçamentos futuros. -----

Em resposta, o Vereador António Biscainho informou que o valor rondava os 15 mil euros. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar o assunto acima indicado, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 20 de Julho de 2009. -----

### 4 – Sanigrês - Materiais de Construção, Ld.<sup>a</sup> – Permuta dos lotes 249, 250 e 251 na Zona Industrial;

- Deliberação de 2009.07.20 –

Presente Memorando datado de 2009-07-14, referente a permuta dos lotes 249, 250 e 251 da Zona Industrial de Portalegre, pelo lote 326, solicitada pela firma Sanigrês – Matérias de Construção, Ld.<sup>a</sup> A presente proposta de decisão não é geradora de despesas para a Autarquia. -----

A Câmara tomou conhecimento e deliberou: -----

1) Revogar as deliberações nº 80 tomadas em reunião de 2009-01-19 e nº 119 tomada em 2009-02-22; -----

2) Aprovar a permuta dos lotes nºs 249 (registo predial nº 2206 - Urra), 250 (registo predial nº 2207 - Urra), e 251 (registo predial nº 2208 - Urra), sites no Plano de Pormenor da Zona Industrial, com a área total de 5.167,50 m<sup>2</sup>, propriedade da empresa, Sanigrês – Materiais de Construção, Ld.<sup>a</sup>, aos quais é atribuído o valor de 6.642,50 Euros, 7.195,00 Euros e 12.000,00 Euros, respectivamente, totalizando 25.837,50 Euros, pelo lote nº 326 (registo predial nº 2258 - Urra), propriedade do Município, sito no Plano de Pormenor da Zona Industrial, ao qual é atribuído o valor de 25.837,50 Euros, como forma de compensação pelos prejuízos causados a respectiva Firma; -----

3) Remeter à Assembleia Municipal o presente assunto. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presente deliberação foi tomada por maioria com a abstenção do Vereador António Chaparro que ditou para a acta a seguinte Declaração de Voto: -----  
“Não sou portador de parecer jurídico que suporte esta deliberação, pelo que tendo algumas duvidas que não puderam ser esclarecidas juridicamente, o meu sentido de voto reside nesta abstenção.” -----

Por sua vez, o Vereador António Biscainho, ditou a seguinte Declaração de Voto: “Compreendendo eventuais dúvidas de ordem jurídica, no entanto voto favoravelmente na medida em que havendo alguma diferença entre o terreno que é permutado, a entendo como forma de compensação pelos prejuízos que de forma directa ou indirecta a firma Sanigrês – Materiais de Construção, Ld.<sup>a</sup> sofreu devido a um erro do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas de Compensação Urbanística. -----

No uso da palavra, José Pinto Leite disse que as regras da Zona Industrial estavam constantemente a mudar e as coisas tornavam-se confusas. Pelo que percebeu, a pessoa envolvida no assunto já foi bastante prejudicada e, pelos vistos, foram-lhe vendidos três lotes como se fosse um e para que fosse possível juntar os três teria de pagar 130 mil euros, quando, inicialmente, a compra importara em 25 mil. De seguida, trocaram de lote, quando poderiam ter isentado a verba ao interessado, o que seria mais correcto e, posteriormente, cederam-lhe outro lote, pelo qual queriam mais dinheiro uma vez que a área era maior. Contudo o lote valia menos do que aquilo que o comprador pagara pelos três iniciais. Portanto, embora vote a favor da solução encontrada, considerou que se gerou uma trapalhada em torno da questão, e a parte política continua a funcionar mal, em torno da parte técnica. -----

No uso da palavra, o Presidente da Câmara referiu que a confusão apontada pelo Membro anterior não era nada comparada com o que antigamente era necessário fazer para adquirir um lote, ou seja, tinham de ir a hasta pública e comprarem os mesmos a preço de ouro. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar o assunto acima indicado, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 20 de Julho de 2009. -----

**5 – Associação Comercial de Portalegre – Reconhecimento de interesse público municipal e isenção de taxas relativo à remodelação de prédio sito na Rua Luís de Camões n.º 39;**  
- Deliberação de 2009.08.03 –

Presente o Processo n.º 35/2009, datado de 2009-07-24, sito na Freguesia da Sé, titulado pela Associação Comercial de Portalegre, relativo ao pedido de isenção de pagamento de taxas referente as obras de remodelação no interior



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

da Rua Luís de Camões, 39, acompanhado de informação do DUOM, elaborada em 2009-07-24. -----

A Câmara tomou conhecimento e conforme previsto no n.º 3, do Art.º 15.º do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e de Taxas e Compensações Urbanísticas de Portalegre, deliberou reconhecer o interesse público municipal do empreendimento em causa, pelo que aprova o pedido de isenção do pagamento de taxas, apresentado pela Associação Comercial de Portalegre.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o assunto acima indicado, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 03 de Agosto de 2009. -----

### 6 – Construção da Extensão do Posto de Saúde de Urra – Repartição de encargos pelos anos económicos de 2009 e 2010;

- Deliberação de 2009.08.31 –

Presente informação n.º 433, do Serviço de Aprovisionamento, datada de 2009-08-21, referindo que, de acordo com a alínea h), do n.º 1, do Artº 96º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, quando a despesa se realizar em mais de um ano económico deverá constar no contrato a indicação da disposição legal habilitante ou do Plano Plurianual legalmente aprovado de que o contrato constitui execução ou ainda do instrumento legalmente previsto, que autoriza aquela repartição de despesa. Como a empreitada de “Construção da Extensão do Posto de Saúde da Urra” não está contemplada no Plano Plurianual, deverá a despesa ser aprovada pela Câmara Municipal e submetida à Assembleia Municipal. -----

A Câmara tomou conhecimento e deliberou a repartição de encargos pelos anos económicos de 2009 e 2010, referente ao ajuste directo da empreitada de Construção da Extensão do Posto de Saúde da Urra. -----

Usando da palavra, Albano Silva perguntou qual era exactamente a valor do encargo em causa para o Centro?-----

Em resposta à questão, António Biscainho disse não ter presente os números exactos, mas referiu que o Centro de Saúde da Urra teve algum atraso decorrente de uma alteração ao Plano de Pormenor no Monte dos Apóstolos, para que o mesmo pudesse ser edificado e o valor era no valor de, aproximadamente, 140 mil euros e a maior parte daquela verba iria transitar para o ano de 2010. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com duas abstenções, aprovar o assunto acima indicado, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 31 de Agosto de 2009.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Declaração de Voto apresentada pela CDU:**

*A abstenção da CDU tem como base o não querer votar contra por confiar na palavra do Vereador, no entanto, correctamente e em termos de aprovação de uma deliberação deste tipo, era obrigatório que viesse indicada a verba que supomos, a bem das contas publicas, está prevista. Nada no orçamento é certo, é tudo previsto e talvez os conselheiros económicos e financeiros do Partido Social-democrata fizessem bem em aconselhar isso mesmo.*

### **7 – Contrato de execução referente às transferências de competências para os Municípios em matérias de Educação;**

- Deliberação de 2009.08.31 –

Presente minuta do Contrato de Execução a estabelecer entre a Ministra da Educação e o Município de Portalegre, referente às Transferências de Competências para os Municípios em matéria de Educação. -----

A Câmara tomou conhecimento e deliberou aprovar o contrato de Execução supra referido, que se dá como reproduzido e se anexa à presente acta, fazendo parte integrante da mesma e remeter à Assembleia Municipal, conforme previsto nas alíneas n) e o), do nº 2, do Artº 53º, da Lei nº 169/99, de 18-09, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11-01, conjugadas com o previsto no Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de Julho, para efeitos de aprovação. A presente deliberação foi tomada por unanimidade. -----

No uso da palavra, Adriano Capote disse que, naquele protocolo estava a responsabilidade que a Câmara Municipal viria a ter sobre o pessoal não docente e gostaria que se soubesse que o pessoal que era considerado necessário para os novos agrupamentos escolares, implicava o despedimento de alguns. O Executivo camarário que, na área da saúde, entendia que os Hospitais eram do poder central, em contrapartida fez um negócio ao nível da educação onde se obriga a despedir gente.-----

O Vereador António Biscainho informou que a Câmara só assinou naquele dia o protocolo de transferência de competências do Ministério para o Município porque quis deixar acautelados todos os postos de trabalho actualmente existentes e dependentes do Ministério da Educação. Referiu ainda que o direito ao trabalho estava presente nas preocupações do Executivo. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com duas abstenções, aprovar o assunto acima indicado, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 31 de Agosto de 2009.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### 8 – Acordo de colaboração para construção da Escola Básica Cristóvão Falcão – Portalegre;

- Deliberação de 2009.08.31 –

Presente minuta do Acordo de Colaboração a estabelecer entre a Direcção Regional de Educação do Alentejo e a Câmara Municipal de Portalegre, tendo como objectivo a construção da Escola Básica Falcão - Portalegre, para substituição das actuais instalações. -----

A Câmara tomou conhecimento e deliberou aprovar a minuta de acordo de colaboração supra referido, que se dá como reproduzido e se anexa à presente acta, fazendo parte integrante da mesma e remeter à Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea i) do nº 2 e na alínea b), do nº 4, ambas do Artº 53º, conjugadas com o disposto na alínea h), do nº 2, do Artº 64º, todos da Lei nº 169/99, de 18-09, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11-01. A presente deliberação foi tomada por unanimidade. -----

Pedindo novamente o uso da palavra, informou que a CDU continuava a afirmar que o projecto da mega escola era uma medida do poder central que a Câmara “apanhou” para justificar o acabar com o estádio municipal e que, pedagogicamente, era um erro em toda a dimensão da palavra. Mais uma vez, considerou que só o economicismo é que esteve por detrás daquele protocolo e da decisão do Ministério da Educação Português. Por outro lado, a opinião do seu bloco era de que não se justificaria uma escola daquela dimensão, tendo em conta os investimentos feitos, quer na escola Mouzinho da Silveira, quer na Escola Secundária de S. Lourenço. -----

No uso da palavra, Albano Silva disse que, de facto, era necessária uma nova escola para substituir a Escola Cristóvão Falcão, contudo, o investimento estimado de 6,5 milhões de euros parecia-lhe uma loucura. Disse saber que as questões da carta educativa envolviam algum dinamismo e a sensação que tinha era de que o número de alunos da Escola de S. Lourenço estava a diminuir e, eventualmente, o terceiro ciclo poderia transferir-se para lá e deixar apenas o segundo ciclo para a Cristóvão Falcão, construindo-se uma escola mais pequena e menos dispendiosa. Por outro lado, era sua convicção que as escolas do primeiro ciclo e os Jardins-de-infância não devam estar em mega escolas, mas sim perto dos serviços dos pais, numa política de proximidade com as famílias e não integradas num “gigante”. Em conclusão, não se deveria dar a desculpa da escola para se derrubar um estádio simbólico pois existiam mais e, eventualmente, melhores locais para se construir a dita escola. Disse ainda não votar a favor e tem ainda alguma esperança que aquele projecto não recue mas que seja alterado no sentido de se adequar às previsões da natalidade em Portalegre e às escolas que estavam, provavelmente, com salas vazias. No que ao local dizia respeito, o assunto era demasiado sério e a maioria das pessoas achava que não se deveria roubar um estádio que foi



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

reconhecida bandeira da cidade e ficaria bem ao Executivo apresentar, em discussão pública, duas ou três propostas de locais para colocação da escola e posterior votação na Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Câmara disse não gostar de falar daquilo que não sabe e ficava preocupado quando indivíduos da área do ensino dizem coisas em contraponto àquilo que foi dito por outras pessoas da mesma área. Uma vez que o Professor Albano referiu a existência de outros locais que considerava melhores para a escola, sugeriu-lhe que os indicasse. Mais referiu que o que estava em causa era o facto de se criar uma escola em que as crianças menores não se iriam misturar com as maiores. O projecto, que estava a ser elaborado por especialistas, salvaguarda aquele tipo de situações e permitirá uma certa sincronia de adaptação e integração a vários níveis. -----

Usando novamente da palavra, Albano Silva frisou que a sua questão não foi respondida e reformulou a mesma; se o investimento que estava a ser feito quer na Escola Mouzinho da Silveira, quer na Escola de S. Lourenço iria corresponder no futuro, relativamente aos alunos que têm, a um défice, ou não? Vão existir salas vazias e espaços por ocupar? -----

Solicitando o uso da palavra, Adriano Capote disse que a mega escola não era uma solução adequada à melhoria do ensino no país. O seu partido não tem dúvidas de que o Director Regional tem uma visão economicista do ensino e, desse modo, gostariam pois, que a Câmara Municipal em conversa com o mesmo e antes de arrancarem para a mega escola, entendesse, à priori, o que é que se irá passar no ensino do seu Concelho, pelo qual é responsável. Mais disse não admitir ouvir de um Presidente de Câmara que faz coisas válidas com os privados, com o Governo mas, naquilo que lhe era competência própria e específica, de zelar pelos interesses do Concelho, dizer que também “vai” com eles. Acrescentou ainda que, para além da capacidade que a Escola de S. Lourenço tem, o sector da Educação da Câmara Municipal de Portalegre já deveria ter perguntado à escola se os seus alunos, durante os próximos dois anos, necessitam de condições para o normal desenrolar da aprendizagem e para que os professores tenham onde estacionar os carros. Terminou, dizendo que ao chamar mega escola, não tinha a ver com a dimensão mas sim como o número de graus de ensino envolvidos e que estava a falar de uma área da qual tem conhecimento próprio. -----

O Presidente da Câmara informou que, em primeiro lugar não tinham falado em nenhuma mega escola; aquele tipo de escola estava a ser desenvolvido em vários sítios do Alentejo e não só em Portalegre. Felizmente para a cidade, aquela escola permitirá ter diferentes áreas do ensino instaladas, numa filosofia de aproximação, mas com a individualização competente e com recursos que poderão ser geridos em comum, em vez de se continuar a alimentar a filosofia tradicional das “capelinhas”. Portanto, não valia de nada estarem a criar um





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

problema onde não existe, bem como a querer explorar a emotividade da história do campo de futebol porque, na realidade, não era no campo que se centrava o busílis da questão, uma vez que o desporto vai beneficiar, num outro local e numa perspectiva integrada, parque desportivo suficiente para todas as modalidades que se praticam. -----

Solicitando o uso da palavra, José Pinto Leite disse que, quanto à dita mega escola não se iria pronunciar e o que entendia era o facto de existir em Portugal um défice de discussão pública em certas coisas. A burocracia participativa ainda era muito má. Determinadas unidades deveriam ser muito participadas e discutidas e aquela era uma delas. Na sua opinião, o assunto em debate deveria ser muito participado, por duas razões: primeiro saber que tipo de escola será, para não se decidir de ânimo leve; por outro lado, a questão importante do estádio de futebol que, em certos locais levaria a um referendo, mas que, na sua opinião deveria merecer uma discussão pública. Os Portalegenses deveriam ter o direito de se pronunciar sobre uma matéria delicada como aquela. Disse ainda que o estádio municipal de Portalegre era, para muita gente, um emblema e tal atributo merece uma discussão pública sobre as várias localizações possíveis. O protocolo em questão não indicava qual era o local, falava pois num investimento orientativo e, evidentemente, que aquela Assembleia poderia aprovar o mesmo para que, de certo modo, “agarre” os 4 milhões de euros para um investimento na área educativa, com flexibilidade suficiente para, dali a uns meses, se desenvolver um processo participativo e ver, efectivamente, os investimentos que estão a ser feitos nas duas escolas, a evolução dos alunos, a evolução da cidade, bem como se os cidadãos querem ou não deitar o estádio abaixo, devendo haver um consenso generalizado. -----

Pedindo o uso da palavra, Manuel Vilela disse lamentar que, há oito ou dez anos atrás, quando foi decidido fazer obras de ampliação e beneficiação do estádio dos Assentos, não tivesse havido discussão e, além do mais, referiu que Portalegre possuía um local excepcional que era a Herdade das Coutadas, onde deveriam ter sido feitos, inicialmente, os investimentos que se fizeram nos Assentos e Portalegre poderia ter tido um parque desportivo muito melhor. ----

No uso da palavra, Luís Testa disse não concordar com a opinião anterior, uma vez que um parque desportivo, na referida Herdade, se afastaria demasiado e a acessibilidade para os mais novos tornar-se-ia complicada. Deslocalizando-se o parque desportivo, da cidade, perde-se o sentido da mesma. No entanto, referiu que era imprescindível a modernização e/ou remodelação das infra-estruturas desportivas. Relevou ainda que era possível manter aquele estádio municipal e harmonizá-lo, assim como era possível construir a escola, seja ela pequena, média ou grande noutra sítio qualquer. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Albano Silva informou de que não iria votar a favor, mas sim abster-se porque mantinha as dúvidas iniciais. No entanto, iria tentar saber, do ponto de vista demográfico dos alunos de Portalegre, a questão da dúvida. Concluiu referindo de que quem tinha certezas absolutas tinha uma probabilidade enorme de se enganar. -----

O Presidente da Câmara Municipal, Mata Cáceres, referiu que um determinado grupo de pessoas tem uma visão muito distorcida da realidade e adiantou que o seu Executivo não tinha nenhuma falta de contacto com as pessoas e que, certamente, possuíam várias informações recolhidas e largamente debatidas acerca do local. Se, porventura, os que criticam negativamente a decisão lhe dissessem que noutra determinado local seria preferível construir a escola e não naquele, seria aceitável e respeitaria as opiniões diferentes; contudo, a situação já havia sido referendada no anterior programa eleitoral e o que estava em causa era a construção da escola e não a demolição do estádio. Todos os Vereadores, incluindo o da CDU, na altura validaram aquela situação. Frisou o facto de se sentir incumbido de levar por diante aquela missão e não se irá acabar com nenhum parque desportivo, apenas com um rectângulo que se encontra em fim de ciclo, onde se treina e se joga somente uma vez por semana, grosso modo. Disse ainda estar convicto de que aquela será a decisão certa a tomar e que, de todos os contactos feitos, afirmou que a maioria o apoia na mesma, uma vez que se vai melhorar a piscina, o parque desportivo, manter o campo de treinos existente e a escola vai ser utilizadora daquele espaço durante o dia, até uma certa hora e à tarde a comunidade. ----

O Presidente da Mesa, avisou que não deveriam prolongar muito mais a discussão uma vez que a decisão em causa não era vinculativa. -----

Solicitando o uso da palavra, José Pinto Leite disse que, pelo que depreendeu das palavras do Presidente da Câmara, não haveria volta possível a dar à questão, portanto propôs que houvesse uma discussão pública de forma a encontrar outra solução mais prática acerca do local da escola. -----

O Presidente da Câmara questionou a bancada do PS sobre qual era o local apontado como alternativa à construção da escola. -----

Em resposta, Albano Silva disse que, se ganhassem as eleições revelariam outro sítio. -----

Adriano Capote chamou a atenção aos Membros presentes para o assunto que iria ser votado, pois o que estava em causa era a aprovação do protocolo para construção da escola. Apesar de dizerem que a escola não era justificação para acabar com o estádio e de a discussão se arrastar para o campo de futebol, o que estava em causa era, erradamente, o facto de pretenderem construir uma mega escola, quando na cidade existiam outras prioridades.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Condenavam, pois, a falta de visão, a prazo, para o desenvolvimento do Concelho. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dois votos contra e cinco abstenções, aprovar o assunto acima indicado, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 31 de Agosto de 2009. -----

### **Declaração de Voto (PS)**

*Não estando, obviamente, contra a construção de uma escola em Portalegre, eram, frontalmente, contra a construção dela no campo de futebol.*

### **Declaração de Voto (CDU)**

*O nosso não é, claramente, porque ao contrário de um Membro desta fila que tinha dúvidas, nós votamos não, pois não tinham dúvida nenhuma em relação a esta mega escola e à escola naquele sítio.*

### **9 – Proposta de Regulamento do Conselho Municipal da Juventude;**

- Deliberação de 2009.09.14 –

Presente informação nº 5, da Divisão dos Assuntos Sociais, Educação, Desporto e Juventude datada de 2009-09-09, remetendo a proposta de Regulamento do Conselho Municipal da Juventude, tendo em vista proporcionar aos jovens munícipes um espaço aberto ao debate e partilha de opiniões, incentivando o seu direito à participação e à cidadania. -----

A presente proposta de decisão não é geradora de despesas que careçam de cabimento-----

A Câmara tomou conhecimento e conforme previsto na alínea a), do nº 7, do Artº 64º, da Lei nº 169/99, de 18-09, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11-01, conjugada com a alínea a) do nº 6 do referido artigo, deliberou aprovar a proposta de Regulamento do Conselho Municipal da Juventude e submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação, nos termos previstos na alínea a), do nº 2, do Art.º 53º, da Lei nº 169/99, de 18-09, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11-01. A presente deliberação foi tomada por unanimidade. -----

No uso da palavra, Adriano Capote perguntou porque é que, passados quatro anos, aquela era mais uma promessa do PSD que chegava no fim. Provavelmente a resposta do Presidente seria que aquele conselho iria funcionar muito bem dali por um mês. Iriam votar contra porque consideravam extemporâneo o assunto em causa. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Luís Testa disse que o Conselho Municipal da Juventude correspondia a uma resolução do Conselho de Ministros, que os tinham implementado em todos Municípios do País. Disse, inclusive, estranhar que só no fim de época governativa se lembrassem daquela proposta. Votariam a favor, porque concordavam, objectivamente, com o já referido Conselho. -----

O Presidente da Câmara frisou que existia uma explicação para o facto da implementação ter acontecido mais tarde, contudo não iriam deixar de fazer, fosse o que fosse, por estarem no mês de Setembro. Informou que o Vereador daquela área daria mais pormenores. -----

No uso da palavra, José Polainas disse que a Lei tinha saído em 18 de Fevereiro último e, não o tinham feito até à data porque esperaram por pareceres da própria Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

Novamente no uso da palavra, Adriano Capote disse que as Câmaras CDU tinham Conselhos Municipais da Juventude já há muitos anos, sem que tivesse sido necessário qualquer Decreto-Lei do Governo a obrigar e a oportunidade em que aquele foi feito é que, no seu entender, levava aos atrasos em geral. Acrescentou que a data em que a informação saiu da Inspeção Local foi em Agosto último. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que a resposta dada pelo Vereador Polainas foi despropositada, uma vez que esperaram pelo parecer da Associação. Não compreendeu o porquê dos interesses da ANMP, que não eram vinculativos, poderiam colidir com os interesses das Associações juvenis e/ou desportivas do Concelho. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dois votos contra, aprovar o assunto acima indicado, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 14 de Setembro de 2009. -----

### **Declaração de voto (CDU)**

*Informam que o voto contra não tem nada a ver com a justeza, mas por entenderem que o Conselho Municipal da Juventude já devia estar feito há mais tempo e achamos que nesta altura era, no mínimo, elegante que tivesse ficado para a próxima Assembleia.*

**10 – Fundação Robinson – Constituição do direito de superfície;**  
- Deliberação de 2009.09.14 –



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Presente informação nº 93/09 do responsável pela Divisão da Cultura, Turismo e Tempos Livres, datada de 2009-09-01, remetendo a constituição do direito de superfície a favor da Fundação Robinson sobre a fracção autónoma designada pela letra B, correspondente ao rés-do-chão quatro, do prédio urbano sito na Estrada de Alegrete, nºs 2,4,6 e 8, em Portalegre, freguesia da Sé, tendo em vista a construção de obras e manutenção das obras já existentes que consistem na Readaptação das Estruturas Arquitectónicas da Igreja de São Francisco – área de ampliação – de acordo com as estruturas arqueológicas. -- A Câmara tomou conhecimento e deliberou aprovar a constituição de direito de superfície a favor da Fundação Robinson sobre a fracção autónoma designada pela letra B, correspondente ao rés-do-chão quatro, do prédio urbano sito na Estrada de Alegrete, nºs 2,4,6 e 8, em Portalegre, freguesia da Sé, tendo em vista a construção de obras e manutenção das obras já existentes que consistem na Readaptação das Estruturas Arquitectónicas da Igreja de São Francisco – área de ampliação – de acordo com as estruturas arqueológicas e remeter à Assembleia Municipal. -----  
A presente deliberação foi tomada por unanimidade. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o assunto acima indicado, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 14 de Setembro de 2009.-----

**11 – Regulamento de Venda de Lotes de Terreno para Implantação de Instalações Industriais, Comerciais e/ou Serviços e Equipamentos de Utilização Colectiva da Zona Industrial de Portalegre;**  
- Deliberação de 2009.09.14 –

No uso da palavra, Albano Silva disse que, na última reunião da Assembleia, tinha sido votada uma deliberação para a libertação de ónus de inalienabilidade num lote que tinha sido adquirido, posteriormente, para juntar aos outros que o empresário já tinha. A propósito daquele assunto, sentiu-se enganado porque votou com a consciência de que aquele terceiro lote seria para o desenvolvimento do negócio. A justificação dada pelo Executivo tinha sido naquele sentido, no entanto, passados poucos dias, deslocou-se pessoalmente à zona industrial e afinal os referidos lotes já estavam em obras, as quais deixaram de ser para a construção de um stand, mas sim de uma clínica. Consideraram tal facto um exagero e decidiram que, nos restantes casos, ainda que similares, deverão ser presentes à Assembleia para serem decididos. Mais disse que deveria existir mais cuidado no tratamento daqueles casos e não concordam com a insistência do Executivo para os generalizarem. Cada caso deverá ser analisado um por um e a deliberação foi tomada naquela Assembleia, conforme constava da página 11 da última acta aprovada. Portanto, consideravam que aquele Regulamento não ia de encontro ao que tinha ficado estipulado entre os Membros. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Mata Cáceres sugeriu que aquele assunto fosse retirado, se todos os presentes concordassem.-----

### **12 – Empréstimo Bancário até ao montante de 791.195,76 € - PROHABITA;** - Deliberação de 2009.09.14 –

Presente informação da Divisão Financeira, datada de 2009-09-11, remetendo propostas das entidades bancárias convidadas para o Empréstimo bancário até ao montante de € 791.195,76, destinado à aquisição de 13 fogos no âmbito do 2º acordo de colaboração – PROHABITA, sendo a taxa praticada pelo Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana a mais favorável aos interesses do Município, com um spread de 1,90% em todo o período do contrato. -----  
A Câmara tomou conhecimento e deliberou conforme previsto no nº 3, do Artº 68º, da Lei nº 169/99, de 18-09, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11-01, ratificar o despacho do Presidente, ao abrigo do nº 2 do art.º 39º da Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro, aprovou a proposta apresentada pelo Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana a mais favorável aos interesses do Município, com um spread de 1,90% em todo o período do contrato. A presente deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No uso da palavra, Albano Silva colocou a questão se aquele pedido de empréstimo era referente à parte com que a Câmara Municipal de Portalegre tinha de entrar? E se era o primeiro? Questionou, inclusive, se já tinha iniciado alguma obra de recuperação e, se sim, quais eram os prédios que estavam envolvidos inicialmente?-----

Em resposta, António Biscainho disse que as intervenções começaram em vários locais, os quais estavam mencionados na informação entregue.-----

No uso da palavra, Adriano Capote solicitou ao Executivo que, através dos técnicos presentes, indicassem quais dos prédios que foram adquiridos no ano passado já haviam sido intervencionados, pelo menos em 10%?-----

Em resposta, Mata Cáceres informou que as empreiteiras tinham começado há umas semanas atrás e os locais eram facilmente identificáveis, como por exemplo, na Rua do Forno, Rua de S. Lourencinho, entre outras. Disse existir uma lista, a qual poderia facultar aos interessados. -----

Adriano Capote frisou o facto de não terem visto, ainda, intervenções nos prédios adquiridos o ano passado e perguntou porque é que iam pedir mais se ainda não estava completa a intervenção referente ao primeiro empréstimo. ----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Novamente no uso da palavra, Mata Cáceres disse que não tinha sido por falta de vontade daquele Executivo que a intervenção não estava concluída. Quanto mais depressa estivessem prontas as 155 habitações que faziam parte do acordo, melhor. Informou que solicitaram, mais do que uma vez, para que o negócio fosse flexibilizado, uma vez que interferia com obras de proximidade, emprego e com as necessidades da população. Contudo, o problema maior era a libertação de verbas, por parte do IRU e do Ministério das Finanças, que estavam condicionadas. Nada impedia a Câmara que, em vez de ter 20 obras a decorrer, podia ter 100, no entanto as questões financeiras não facilitam. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dois votos contra, aprovar o assunto acima indicado, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 14 de Setembro de 2009. -----

### **Declaração de voto (CDU)**

*A CDU vota contra o pedido de mais um empréstimo e de, apesar de sair fora do limite de endividamento, ser mais uma dívida da Câmara Municipal de Portalegre para o futuro.*

### **13 – Proposta de alteração ao regulamento do Cartão Municipal do Idoso do Concelho de Portalegre;**

- Deliberação de 2009.09.14 –

Presente informação n.º 230, da Divisão dos Assuntos Sociais, Educação, Desporto e Juventude datada de 2009-09-01, propondo uma alteração ao art.º 6 do Regulamento do Cartão Municipal do Idoso do Concelho de Portalegre, nomeadamente quanto à sua redacção, à formula de cálculo do rendimento, às condições de acesso e respectivos benefícios ao Cartão Municipal do Idoso. --- A presente proposta de decisão não é geradora de despesas que careçam de cabimento. -----

A Câmara tomou conhecimento e conforme previsto na alínea a), do nº 7, do Artº 64º, da Lei n.º 169/99, de 18-09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11-01, conjugada com a alínea a) do nº 6 do referido artigo, deliberou aprovar as alterações ao Regulamento do Cartão Municipal do Idoso do Concelho de Portalegre. A presente deliberação foi tomada por unanimidade. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o assunto acima indicado, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 14 de Setembro de 2009.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### 14 – Comissão para as Comemorações dos 80 anos da chegada de José Régio a Portalegre;

- Deliberação de 2009.09.14 –

Presente informação nº 40, datada de 2009-09-09, do Departamento dos Assuntos Sociais, Cultura, Educação, Desporto e Turismo – Divisão de Cultura, Turismo e Tempos Livres, remetendo listagem de entidades e pessoas que deverão integrar a Comissão para as Comemorações dos 80 anos da Chegada de José Régio a Portalegre, a qual se dá como reproduzida e se anexa à presente acta, dela fazendo parte integrante, para efeitos de aprovação. -----  
A Câmara tomou conhecimento e deliberou aprovar a listagem de entidades e pessoas que integram a Comissão para as Comemorações dos 80 anos da Chegada de José Régio a Portalegre e remeter a presente decisão à Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação. A presente deliberação foi tomada por unanimidade. -----

Solicitando o uso da palavra, Diogo Júlio perguntou quais tinham sido os critérios que tinham levado à consideração daquelas individualidades, porque esteve a verificar a composição da lista, quer dos que já estavam nomeados, quer dos que tinham sido propostos? -----

Em resposta, Mata Cáceres disse faltar, por lapso, uma entidade, que também iria ser contemplada e que era a Junta de Freguesia da Sé, uma vez que o Museu se situava naquela Freguesia. Mais informou que a proposta em causa foi feita por um conjunto de gente relacionada com o tema e com a matéria, sendo tacitamente, aceite. No entanto, não invalidava que se houvesse alguém que considerasse relevante um nome, não o propusessem de igual modo. -----

No uso da palavra, José Pinto Leite disse ter uma dúvida quanto à listagem da Comissão Executiva, já que, na mesma, não viu ninguém directamente ligado ao Antigo Liceu e a Presidente da Mouzinho da Silveira colocada na Comissão de Honra, tal e qual como os Presidentes das outras Escolas. Referiu ter conhecimento de que existem arquivos e, possivelmente, um espólio naquela Escola, há qual o poeta esteve ligado e, portanto, no seu ponto de vista, a Presidente da mesma deveria estar na Comissão Executiva. -----

No uso da palavra, Mata Cáceres afirmou ter falado com o Professor António Ventura e concordaram que seria possível vir a contemplar aquela questão, uma vez que não seria ilógico tal procedimento. -----

Luís Testa colocou uma dúvida quanto às Comemorações em debate, já que iriam decorrer no ano em curso e no próximo, apontando o facto de que, iriam ter, entretanto, eleições autárquicas e legislativas, das quais faziam parte Ministros, Vereadores, Presidentes de Assembleias Municipais, etc. e, naturalmente, as pessoas mudam. Obviamente que os convites foram





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

formulados e aceites de boa fé mas, disse achar razoável que, os elementos das referidas listas fossem apresentados pelo epíteto ou pelo cargo que desempenhavam actualmente e não pelo nome. Mais adiantou que, perante aquela situação de ser apresentado um leque de pessoas, ninguém se lembrou que Portalegre tinha um Deputado, ligado ao ensino, que estudou naquele Liceu. Na sua opinião teria sido bastante profícuo que o Deputado Júlio Miranda Calha fizesse parte, pelo menos, da Comissão de Honra das ditas Comemorações. -----

No uso da palavra, Adriano Capote disse, a propósito da Comissão de Honra, que a considerava exagerada, além de que sugeriu que se fizesse um reparo na disposição dos nomes, já que, numa Comissão de Honra, geralmente, os cargos mais importantes vinham em primeiro lugar, conforme o protocolo. Contudo, era o nome do Presidente da Câmara Municipal de Portalegre que constava em primeiro lugar e não o do senhor Ministro. -----

O Presidente da Câmara informou não ter sido ele a fazer a elencagem da referida lista, mas sim estudiosos que, supostamente, estariam habilitados para tal. -----

Novamente no uso da palavra, José Leite questionou se o facto de o nome do Vereador da Cultura não constar na lista seria por acaso? Se, porventura seria também “persona non grata” como o Dr. Miranda Calha? -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com um voto contra e seis abstenções, aprovar o assunto acima indicado, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 14 de Setembro de 2009. -----

### **Declaração de voto (PS)**

*É uma declaração contra os acasos desta vida e contra os acasos que muitos apelidam de asfixia democrática.*

### **15 – Proposta de alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal de Portalegre;**

- Deliberação de 2009.09.14 –

Presente proposta do Vereador António Biscainho, datada de 2009-09-10, propondo a alteração ao mapa de pessoal do Município de Portalegre – 2009, de modo a serem contemplados 9 postos de trabalho na Divisão Financeira, Gabinete Florestal, Gabinete Jurídico e na Divisão Assuntos Sociais, Educação, Desporto e Juventude. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Câmara tomou conhecimento e deliberou aprovar o quadro de pessoal, aumentando em 9 postos de trabalho. A presente deliberação foi tomada por unanimidade. -----

Pedindo o uso da palavra, Adriano Capote colocou a questão ao Executivo: porquê, para quê e para quem? -----

No uso da palavra, António Biscainho respondeu que, relativamente à ordem das perguntas, a Câmara Municipal de Portalegre tinha um mapa de pessoal contratado a termo e outro a tempo indeterminado; As pessoas que estavam nos lugares contratados a termo eram necessários para o funcionamento da Autarquia, portanto, seria importante que se mantivessem, para além do termo e/ou validade dos contratos, a continuidade daqueles postos de trabalho, sob pena de que certos serviços da Câmara deixassem de funcionar correctamente. Mais informou que, em resultado do concurso e das classificações, que em alguns dos casos já tinha decorrido, é que se saberia para quem seriam os lugares. O objectivo seria de que tanto naqueles concursos como em situações de reserva de recrutamento que estavam a decorrer e para os quais o próximo Executivo e a próxima Assembleia sejam chamados a situações semelhantes nos mapas de pessoal, se possa dar a garantia de continuidade daqueles postos de trabalho. Naturalmente que teriam mais vantagens aquelas pessoas que estão há mais anos num determinado trabalho do que outras. -----

No uso da palavra, Albano Silva disse que, do ponto de vista do bom senso, um redimensionamento do mapa de pessoal apenas deveria ser feito no início do projecto de trabalho de cada Autarquia e não a poucos dias de decorrerem Eleições, porque era pouco ético. Disse inclusive que teria mais sentido fazer a alteração ao mapa ou mais cedo ou mais tarde. Provavelmente, haveria pessoas de que a Câmara necessitava muito, portanto não deveriam ter esperado até então para tal, nem sequer “amarrar” um novo Executivo e um novo plano de actividades a novos técnicos superiores. Mais referiu ser estranha a decisão tomada quando a mesma andou de técnicos para Vereadores e vice-versa, até que o Presidente da Câmara avocou e resolveu abrir mais um lugar para o técnico superior de desporto, estando mencionado o nome do mesmo nos documentos recebidos. Não era o facto de ser Presidente da Concelhia do PSD que estava em causa, mas sim a probabilidade de vir a beneficiar a Câmara Municipal de Portalegre, se o trabalho que vier a ser feito com o argumento da actividade que há para fazer; A actividade que a Câmara tinha, actualmente, para fazer, na área do desporto, não se sabia ao certo e o apoio tem sido muito pouco, naquele capítulo. Concluiu, dizendo que, talvez, o próximo Executivo venha a apresentar algo mais naquela área e, portanto, pareceu-lhe, efectivamente, mais uma manobra escusada e infeliz, que reflectia a “trapalhada” que ia nos decisores daquela Autarquia. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Novamente no uso da palavra, Adriano Capote disse terem ficado totalmente esclarecidos, contudo, admiram-se de terem já feito a alteração ao quadro, no decorrer do ano, e só agora tivesse ido àquela sessão. Informou que, perante tal atitude, o seu Bloco iria votar contra. -----

No uso da palavra, António Biscainho informou que as necessidades do Município, relativamente ao assunto em debate, estavam identificadas há muito tempo. Contudo, como era sabido, a legislação foi alterada há cerca de um ano e tudo o que era respeitante aos procedimentos de concursos, ao abrigo da anterior legislação, durante o ano de 2008, que não estivessem completos até fim daquele ano, caducavam. Entretanto, a legislação passou por uma fase de publicações, esclarecimentos, novas portarias, etc. e só depois de todo aquele exercício jurídico foi possível lançar a dita alteração ao mapa. Mais disse que, a próxima reunião da Assembleia, incluído no orçamento de 2010, será chamada a pronunciar-se, uma vez que, várias dezenas de assistentes operacionais, enquanto postos de trabalho que, terminando os contratos a termo, ou irão para a rua ou terão uma oportunidade de concurso e entram outras pessoas para colmatar os lugares. Das situações ali apresentadas, houve algumas que não puderam ser antes, porque não existia o respectivo cabimento financeiro e, a partir do momento em que foi possível surgiu a proposta de alteração ao mapa de pessoal. -----

Novamente no uso da palavra, Albano Silva perguntou se o Vereador, há uns meses atrás, tinha solicitado, ou não, informação aos técnicos da Câmara, se podia ser colocado a concurso o lugar para o Técnico Filipe Serrote? Pela documentação entregue, poderia verificar-se que a resposta tinha sido dada com bastante agilidade, portanto, já tinham passado várias reuniões e, no entanto, foi preciso o Presidente da Câmara avocar os seus direitos e retirar o assunto das mãos do Vereador para que o assunto fosse presente à última Assembleia. -----

Em resposta, António Biscainho referiu que não tinham passado várias Assembleias nem existiram possibilidades de cabimento financeiro, como já tinha sido explicado. -----

No uso da palavra, Mata Cáceres, acrescentou que havia mais um conjunto de gente que seria contemplada, logo que a situação permitisse, pois o número de pessoas previstas não se cingia àquele grupo. -----

No uso da palavra, Diogo Júlio disse que, independentemente da forma como a sua bancada iria votar, sempre foi defensor de que era uma boa medida quando se passava um trabalhador contratado com vínculo precário. No entanto, sobre aquela proposta, tinha algumas dúvidas pelo facto de aqueles trabalhadores terem sido admitidos para funções de carácter permanente, que desde a primeira hora sabiam que seriam para carácter permanente. Na sua opinião deveria ter sido criado, automaticamente, o lugar no quadro, já que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

nunca houve problemas de limitação orçamental na Câmara Municipal de Portalegre. Portanto, em relação às pessoas para quem estavam destinados os lugares, não se admiravam porque, já desde a primeira República, os Governos cessantes sempre tentaram resolver os problemas das suas gentes.

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com sete votos contra e quatro abstenções, aprovar o assunto acima indicado, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 14 de Setembro de 2009.-----

### **Declaração de Voto (PS)**

*Relativamente a este ponto, obviamente que nós não estamos na posição do Executivo e, perante essa questão, acho que é notório que, em fim de ciclo, seria prudente deixar aos conducentes do novo projecto para a Autarquia de Portalegre a dimensão do mapa de pessoal da Câmara e a sua reestruturação. Não estão em causa a pessoa A ou B, está em causa a oportunidade desta medida e é relativamente à oportunidade que nós nos manifestámos contra.*

### **16 – Proposta de alteração ao mapa de pessoal dos SMAT;**

- Deliberação de 2009.09.14 –

Presente ofício nº 9528, dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes, datado de 2009-09-04 remetendo a proposta de alteração ao mapa de pessoal dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes, nos termos do art.º 5 da Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, para efeitos de aprovação. -----

A presente proposta de decisão não é geradora de despesas que careçam de cabimento. -----

A Câmara tomou conhecimento e deliberou aprovar a alteração ao quadro de pessoal dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes, nos termos do Art.º 5 da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro. A presente deliberação foi tomada por unanimidade. -----

No uso da palavra, Adriano Capote solicitou esclarecimento quanto ao facto de dizerem na proposta que não haverá acréscimo de despesas e que os lugares suprimidos igualam os lugares a criar. Contudo, pelo que depreendeu da análise da proposta, os lugares não eram iguais em número. -----

Em resposta, António Biscainho disse que não seria bem assim porque, entretanto, têm havido saídas. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos contra e duas abstenções, aprovar o assunto acima



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

indicado, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 14 de Setembro de 2009.-----

### **Declaração de Voto (PS)**

*A declaração de voto tem a ver, exactamente, com uma questão levantada no anterior ponto e refere-se, exclusivamente, com a oportunidade. Portanto o nosso voto contra, sem nenhuma questiúncula pessoal como a anterior também não foi.*

### **17 – Plano de Acção da Rede Rural - Assembleias Rurais – Integração do Município de Portalegre;**

- Deliberação de 2009.09.14 –

Presente telecópia nº 172, da Associação de Municípios do Norte Alentejano, datada de 2009-04-02, remetendo o Plano de Acção da Rede Rural tendo em vista a integração do Município de Portalegre, a título individual nas Assembleias Rurais, para efeitos de ratificação. -----

A presente proposta de decisão não é geradora de despesas que careçam de cabimento. -----

A Câmara tomou conhecimento e, conforme previsto no nº 3, do Artº 68º, da Lei nº 169/99, de 18-09, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11-01, conjugada com o nº 3 do Artº. 57, da presente Lei, deliberou ratificar o despacho do Vereador António Biscainho que, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara, autorizou a integração supra referida. A presente deliberação foi tomada por unanimidade. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o assunto acima indicado, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 14 de Setembro de 2009.-----

### **18 – Pedido de reversão do prédio urbano para indústria, ruas n.º 11 e 12, na Zona Industrial;**

- Deliberação de 2009.09.14 –

Presente proposta do Presidente da Câmara, propondo que seja reiterado à Senhora Administrativa da Insolvência, Drª Vera Lúcia Ladeira Rodrigues, o pedido de reversão do prédio urbano para indústria, composto de rés-do-chão e primeiro andar, na Zona Industrial, Ruas nºs 11 e 12, Freguesia da Urra, com o valor patrimonial tributário de € 5.371.468,48, para o Município de Portalegre, livre de quaisquer ónus, encargos ou responsabilidades e sem reconhecer a subsistência de qualquer hipoteca. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Câmara tomou conhecimento e deliberou ao abrigo do disposto no artigo 64º, n.º 6, alínea a), e artigo n.º 53.º, n.º 2, alínea i), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro: que seja reiterado à Senhora Administradora da Insolvência, Dra. Vera Lúcia Ladeira Rodrigues, o pedido de reversão do prédio urbano para indústria, composto de rés-do-chão e primeiro andar, tendo anexo duas dependências para armazém de matérias-primas, com a área coberta de nove mil seiscentos e trinta metros quadrados e logradouro com trinta e nove mil oitocentos e vinte metros quadrados, sito na Zona Industrial, Ruas nºs 11 e 12, Freguesia da Urra, Concelho de Portalegre, descrito na Conservatória do Registo Predial de Portalegre sob o n.º 00588/041094, inscrito na matriz respectiva sob o artigo 1719, com o valor patrimonial tributário de 5.371.468, 48€, para o Município de Portalegre, livre de quaisquer ónus, encargos ou responsabilidades e sem reconhecer a subsistência de qualquer hipoteca (conforme previsto nas cláusulas 8.ª e 9.ª da escritura, por não ser possível àquela sociedade cumprir as obrigações assumidas na escritura de compra e venda outorgada a 1 de Fevereiro de 2008. -----

Mais deliberou que o processo remetido para mandatário judicial para propor a competente acção judicial se a escritura de reversão não for outorgada no prazo máximo de 30 dias. A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

Solicitando o uso da palavra, Luís Testa perguntou ao Executivo qual era o fundamento que servia de base ao pedido de reversão?-----

Em resposta, Mata Cáceres disse ser o incumprimento que servia de base. Aquele prédio foi cedido à Robinson; a Robinson I e II estão em processo de insolvência. Entretanto, existia uma nova unidade prestes a desencadear a actividade, com uma nova estrutura accionista e a intenção da Câmara, ao adquirir o imóvel, foi pô-lo ao serviço de quem retomasse a actividade, produzisse e empregasse pessoas, quanto antes. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse que, tanto quanto sabia, o edifício em questão não tinha sido cedido. Não, porque não era a título de um contrato de compra e venda. Colocou a questão sobre qual é que era o motivo do incumprimento que esteve na origem do pedido de reversão? -----

No uso da palavra Luís Esteves disse que o que se passava naquele caso em particular era que no processo de insolvência não era possível o cumprimento do objecto contratual, ou seja, a utilização daquele edifício para a laboração da Robinson, S.A., portanto, não existindo a apresentação de nenhum plano de viabilidade, a fábrica iria de fechar. -----

No uso da palavra, Diogo Júlio perguntou se já teria sido definido pelo tribunal que a insolvência foi declarada? -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Luís Esteves informou que foi junto a sentença. -----

Luís Testa referiu que aquela matéria roçava aspectos técnicos que, muitas das vezes, eram complicados discutir num fórum daquela natureza, no entanto, pareceu-lhe existir ainda a possibilidade do projecto de viabilidade. Perante o facto de se ir realizar, brevemente, uma Assembleia de credores, não sabiam se iria haver um projecto de viabilidade e, portanto, não lhe parecia lógico que a Câmara estivesse numa posição de privilegiar determinados privados, perante um edifício que era, tendencialmente, património da mesma. Mais disse que não se conheciam os accionistas e entendeu que era extemporânea a reversão, sem saberem em concreto se existia outra intenção, dos credores, para apresentar um projecto de viabilidade. -----

No uso da palavra, Luís Esteves disse que aquela decisão foi tomada com base na sentença de insolvência já publicada e não inviabilizava qualquer plano de viabilidade da empresa, para continuar a laborar. Acrescentou que estavam na altura processual mais indicada para se efectuar o pedido em causa, salvo melhor opinião. -----

Mata Cáceres adiantou ainda que o Executivo estava, indiscutivelmente, solidário com a Robinson, ao longo de todo aquele tempo, no sentido de perceber se seria possível aparecer algum plano de salvação para a mesma. Por tudo aquilo que a Robinson significa e por tudo o resto. Contudo, chegou-se à conclusão que a insolvência é irreversível para a Robinson I e II. Mais disse não ter expectativa relativamente a qualquer situação que tenha a ver com a Robinson e com a estrutura accionista que lhe estava subjacente. Frisou o facto de se ir decretar a reversão para que se possa, futuramente, por aquela estrutura ao serviço daquilo a que foi destinada. A Câmara Municipal de Portalegre estava portanto a salvaguardar o património em questão, para o poder colocar, no futuro próximo, ao serviço de uma actividade económica. Acrescentou que se estava em presença de um conjunto de produtores de cortiça, técnicos, operários e compradores que podiam ajudar a viabilizar o negócio e existia já uma candidatura apresentada ao IAPMEI. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com sete abstenções, aprovar o assunto acima indicado, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 14 de Setembro de 2009. -----

### **Declaração de Voto – (PS)**

*O Senhor Presidente da Mesa foi testemunha da extrema benevolência, relativamente a este assunto, da Bancada do Partido Socialista, quando eram aqui discutidas e trazidas à coacção as questões da Robinson. Sempre tentámos ser parte da solução, tentámos remar para o lado que toda a gente nos dizia que era indicado e agora, perante este cenário, começam a suscitar-*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

*nos algumas dúvidas porque já não vamos no um, no dois nem no três e as dúvidas são justificadas. Perante estas dúvidas, a nossa abstenção.*

### **Declaração de Voto – (CDU)**

*A nossa abstenção também tem a ver com o caminho que percorremos juntos neste processo e com a forma como estivemos nesta Bancada, em relação à situação da Robinson, numa perspectiva de garantir a continuidade da indústria da cortiça em Portalegre e, se possível, com a marca Robinson. É obvio que hoje percebemos que é necessário acautelar um equipamento que não possa ser considerado no processo de insolvência, portanto, não escape à posse da Câmara Municipal e compreendemos essa situação. Este processo tem tido contornos sempre na base da expectativa, porque todos tínhamos esse desejo. A nossa abstenção tem de ser entendida como uma postura positiva, continuando a acreditar que esta versão III poderá, pelo menos, abrir os caminhos. Não há uma nova candidatura, o que há é o assumir do IAPMEI e das outras estruturas que estão no mesmo caminho que nós, que estão a crer, por todos os motivos, que a mantenham, de passar a candidatura desde a Robinson I para até agora.*

### **Declaração de Voto – (PSD)**

*A questão da Robinson foi acautelada até ao limite das expectativas, conforme muito bem se disse. Chegaram ao ponto em que se pretende, tão só, acautelar a situação da Câmara Municipal com esta reversão. Por isso o nosso sentido de voto.*

**19 – Protocolo entre a ADP; SGPS, S.A., Águas do Norte Alentejano S.A. e os Municípios de Alter do Chão, Arronches, Avis, Castelo de Vide, Crato, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sôr, Portalegre e Sousel – Prestação dos serviços integrados de abastecimento de água e saneamento de águas residuais urbanas;**

**- Deliberação de 2009. 09.14 –**

Presente ofício ref.<sup>a</sup> 3165, datado de 2009-08-18, das Águas do Norte Alentejano, remetendo Protocolo entre a ADP, SGPS, S.A., Águas do Norte Alentejano, SA e os Municípios de Alter do Chão, Arronches, Avis, Castelo de Vide, Crato, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sôr, Portalegre, Sousel, que se anexa à presente acta, fazendo parte integrante da mesma, para o estabelecimento das bases de uma parceria pública para a prestação dos Serviços integrados de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, para efeitos de aprovação. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Câmara tomou conhecimento e deliberou aprovar a minuta do protocolo supra mencionada. A presente deliberação foi tomada por unanimidade. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o assunto acima indicado, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 14 de Setembro de 2009.-----

### **APROVAÇÃO EM MINUTA:**

Mais foi deliberado, aprovar em minuta, todos os assuntos presentes na respectiva ordem de trabalhos. -----

---

### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**

=====

Terminados os trabalhos agendados, o Presidente da mesa deu a palavra às pessoas do público, lembrando que cada intervenção seria feita com uma pergunta dirigida, unicamente, aos elementos do Executivo Camarário, sem diálogo, conforme consta no Regimento. -----

Solicitando o uso da palavra Alberto Azeitona, residente em Portalegre, disse que, há tempos atrás, foi vendido um terreno sem ir a hasta pública, naquela Assembleia. Foi construída uma casa naquele mesmo lote, ao lado da sua e colocou em risco a segurança da mesma. Posto aquilo, perguntou quem é que iria pagar os prejuízos causados na sua habitação, uma vez que as fundações foram prejudicadas pelas obras da casa vizinha. Referiu que discordava da decisão que foi tomada e disse que alguém estaria a fugir à responsabilidade. -

Em resposta, Mata Cáceres disse conhecer o caso em apreço e já tinha falado várias vezes com o reclamante. O processo já havia sido, amplamente, vistoriado por vários técnicos, quer os da Câmara Municipal de Portalegre, quer os que foram contratados pelo senhor Azeitona e todos estiveram de acordo quanto ao facto de os prejuízos não terem sido motivados pelas obras da casa anexa. O que estava ali em causa era uma divergência de opiniões, há qual o reclamante só teria como solução o recurso ao Tribunal competente. Tal sugestão já lhe teria sido proposta, embora o interessado tenha referido de que não dispunha de meios monetários para aquele efeito. Existem mecanismos próprios para resolver a questão. Acrescentou que não seria a Câmara a entidade com poderes para avaliar e/ou decidir a situação, além de que existia acordo entre os técnicos de ambas as partes. -----

Solicitando o uso da palavra, João Trindade, jornalista e residente em Portalegre lamentou ter de falar naquele local público, mas o seu nome tinha sido posto em causa por um Membro presente naquela Assembleia.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Seguidamente solicitou ao Presidente da Câmara e ao Vereador António Biscainho que confirmassem o facto de que qualquer contrato com a Autarquia não estava ilegal. Frisou que tinha toda a documentação que fosse necessária, para comprovar as suas afirmações. Disse ainda que iria enviar uma carta ao eng.º José Sócrates a indicar que, quando se cria uma empresa, na hora, se corre o risco de se ser expulso do próprio trabalho. -----

O Presidente da Câmara informou não existir qualquer ilegalidade quanto à situação em causa. Disse conhecer bem a pessoa em questão, bem como o apego que tinha ao trabalho e à cidade e era natural que o mesmo se sentisse indignado relativamente ao que ali tinha sido dito. Por último agradeceu a todos os Membros da Assembleia pela forma como, ao longo de quatro anos, se debateram os diversos assuntos e pediu desculpa se, eventualmente, no decurso daquelas sessões possa ter infringido alguma regra deontológica ou de relacionamento com alguém, pois nunca foi sua intenção atingir quem quer que fosse. Tinha muito respeito por todos os pontos de vista, apesar de ser muito cioso das suas convicções e desejou reencontrá-los em outros fóruns daquela natureza ou de outra, porque todos os dias se aprendem coisas novas. -----

O Presidente da Mesa, Jaime Azedo agradeceu a colaboração e despediu-se de seguida de todos os Membros da Assembleia Municipal. -----

### **FALTAS:**

=====

Nos termos do n.º 5, do art.º 46.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua actual redacção, a mesa da Assembleia Municipal marcou falta a Edmundo Martinho, José Matos Rosa, Carlos da Silva Barbas, Florimundo Ceia Grilo, Maria Filomena Póvoas e Ricardo Jorge Reia. -----

### **ENCERRAMENTO:**

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Sr. Presidente, encerrada a 3.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, eram 00:15 horas, do dia 22 de Setembro do ano de 2009 e da qual foi lavrada a presente acta, que será devidamente assinada, depois de lida e aprovada. -----

E eu, \_\_\_\_\_, 1.º Secretário da Mesa, a redigi e subscrevo.